



LEI MUNICIPAL DE Nº 587.2025

QUIXABA (PB), 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ALLAN D'LLON CANDEIA DE MACEDO, Prefeito Constitucional do Município de Quixaba, Estado da Paraíba, usando das atribuições legais que são conferidas por Lei.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art. 1º.** No âmbito do Poder Executivo do Município de Quixaba PB, fica criada a Secretaria de Políticas Públicas para Mulher e da Diversidade Humana, que tem como principal objetivo, promover a igualdade entre as pessoas e combater todas as formas de preconceito, competindo-lhe:
- I fixar diretrizes, coordenar, executar e fazer cumprir as políticas públicas direcionadas as mulheres no âmbito do Município;
- II assessorar, direta e imediatamente, o Chefe do Executivo Municipal na formulação, coordenação e articulação de políticas públicas para mulheres;
- III planejar e efetivar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter municipal;
- IV elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo municipal e das demais esferas de governo;
- V promover a igualdade de gênero;



- VI articular, promover e executar programas de cooperação com organismos estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados a implementação de políticas para as mulheres:
- VII promover, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulheres, as Conferências Municipais de Políticas para Mulheres;
- VIII elaborar e implementar o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres em consonância com as deliberações e recomendações das Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres;
- IX administrar, gerir e estruturar os serviços de atenção e atendimento as mulheres que compõem sua estrutura organizacional;
- **X -** fixar diretrizes, coordenar, executar e fazer cumprir as políticas públicas direcionadas a comunidade LGBTQIA+ no âmbito do Município;
- XI assessorar, direta e imediatamente, o Chefe do Executivo Municipal na formulação, coordenação e articulação de políticas públicas LGBTQIA+;
- XII planejar e efetivar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter municipal;
- XIII elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo municipal e das demais esferas de governo;
- XIV promover a igualdade de gênero;
- **XV** articular, promover e executar programas de cooperação com Organismos estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados a implementação de políticas para a comunidade LGBTQIA+;
- XVI executar outras atividades correlatas as suas competências ou atribuições específicas criadas por lei.

CAPÍTULO II DA SECRETARIA MUNICIPAL

Art. 2º. No âmbito do Poder Executivo de Quixaba – PB, fica instituída a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana (SEPMDH), órgão da administração direta, com a finalidade de planejar, coordenar e executar as políticas públicas previstas nesta Lei.



Art. 3º. A Secretaria criada por esta Lei, terá a seguinte estrutura organizacional, cujos cargos ficam, doravante, criados e estruturados:

I – Gabinete da Secretaria, representado pelo **Secretário (a) Municipal** da pasta, que será o titular da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana, nomeado e exonerado *ad nutum*, com a simbologia SM-1, correspondente à criação de apenas um cargo com subsídio/remuneração igual aos valores desembolsados, em favor dos demais Secretários Municipais com simbologia SM-1, conforme constante na Legislação Municipal, valores que serão pagos mensalmente;

II – Coordenação de Políticas para as Mulheres representado pelo Coordenador (a) de Políticas para as Mulheres, que será o titular da Coordenação de Políticas para as Mulheres, integrante da Secretaria Municipal de Política para Mulheres e Diversidade Humana, nomeado e exonerado ad nutum, com a simbologia CC-4, correspondente à criação de apenas um cargo de Coordenador de Políticas para as Mulheres, com remuneração igual aos valores desembolsados, em favor dos demais Coordenadores com simbologia CC-4, conforme legislação Municipal, valores que serão pagos mensalmente;

III – Coordenação de Políticas para as Mulheres representado pelo Coordenador (a) de Diversidade Humana, que será o titular da **Coordenação da Diversidade Humana**, integrante da Secretaria Municipal de Política para Mulheres e Diversidade Humana, nomeado e exonerado *ad nutum*, com a simbologia CC-4, correspondente à criação de apenas um cargo de Coordenador de Diversidade Humana, com remuneração igual aos valores desembolsados, em favor dos demais Coordenadores com simbologia CC-4, conforme legislação Municipal, valores que serão pagos mensalmente.

Art. 4°. Compete ao/à Secretário(a) Municipal:

I - planejar e coordenar as ações da Secretaria;

II - representar institucionalmente o Município em matérias correlatas;

III - propor diretrizes, planos e programas de ação.

Art. 5°. Compete às Coordenações:



- I executar, monitorar e avaliar programas e projetos pertinentes a sua pasta;
- II articular com demais secretarias municipais e órgãos estaduais/federais;
- III promover ações educativas e campanhas temáticas;
- IV elaborar relatórios periódicos de atividades.

CAPÍTULO III DO CONSELHO MUNICIPAL

- **Art. 6º**. Fica criado o Conselho Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana (CMPMDH), órgão colegiado, de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana.
- Art. 7º. O CMPMDH terá como competências:
- I acompanhar e avaliar a execução da Política Municipal para Mulheres e Diversidade Humana:
- II propor diretrizes para o planejamento e aplicação de recursos destinados às políticas do setor;
- III zelar pela efetivação dos direitos das mulheres e dos grupos da diversidade humana;
- IV estimular a participação social nas políticas públicas municipais;
- V elaborar e aprovar seu Regimento Interno.
- **Art. 8°.** O CMPMDH será composto **por 6 (seis) membros** e respectivos suplentes, sendo esta composição paritária entre governo e sociedade civil da seguinte forma:
- I 50% (cinquenta por cento) de representantes do Poder Público Municipal, indicados pelos respectivos órgãos, regulado por Decreto;
- II 50% (cinquenta por cento) de representantes da sociedade civil, eleitos em fórum próprio, garantindo a participação de organizações e movimentos de mulheres, entidades de defesa dos direitos humanos, coletivos de diversidade sexual, racial, cultural e demais segmentos representativos, regulado por Decreto.



- **Art. 9°.** O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida a recondução uma única vez, mediante novo processo de escolha.
- **Art. 10.** O exercício da função de conselheiro(a) é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

CAPÍTULO IV DO FUNDO MUNICIPAL

- Art. 11. Fica criado o Fundo Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana (FMPMDH), de natureza contábil e financeira, vinculado à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana.
- **Art. 12.** O FMPMDH tem por finalidade, dar suporte financeiro à execução da Política Municipal para Mulheres e Diversidade Humana.
- Art. 13. Constituem receitas do FMPMDH:
- I dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual;
- II créditos adicionais;
- III transferências do Estado e da União;
- IV doações, legados, contribuições e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- V rendimentos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis.
- **Art. 14**. A gestão financeira do FMPMDH caberá à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana.
- **Art. 15**. A aplicação dos recursos do FMPMDH observará o Plano de Ação aprovado anualmente pelo Conselho Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana.

CAPÍTULO V



DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial por anulação de dotação ao orçamento vigente para a execução das despesas desta lei conforme rubrica a ser especificada em Decreto.

Parágrafo Único - Ficam autorizadas também as devidas alterações a LDO e PPA.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUIXABA-PB, ESTADO DA PARAÍBA 03 DE NOVEMBRO DE 2025.



ANEXO I

CARGOS COMISSIONADOS BASEADOS NESTA LEI

TABELA DE CARGOS COMISSIONADOS COM AS SIMBOLOGIAS E QUANTIDADES DE CARGOS

| SEPMDH | | | |
|--|------|---------|------------|
| DENOMINAÇÃO | | SÍMBOLO | QUANTIDADE |
| SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA MULHERI DIVERSIDADE HUMANA | ES E | SM-1 | 01 |
| COORDENADOR (A) MUNICIPAL DE POLÍTICAS PA MULHERES | ARA | CC-4 | 01 |
| COORDENADOR (A) MUNICIPAL DE POLÍTICAS PA DIVERSIDADE HUMANA | ARA | CC-4 | 01 |

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUIXABA-PB, ESTADO DA PARAÍBA 03 DE NOVEMBRO DE 2025.



ANEXO II

| | TES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO – ETÁRIOS MUNICIPAIS |
|---------|---|
| 1 | REMUNERAÇÃO |
| SÍMBOLO | SUBSÍDIO/REMUNERAÇÃO/ MENSAL |
| SM-1 | VALOR FIXADO EM LEI MUNICIPAL PARA SECRETÁRIO (A) |

| TABELA DOS SUBSÍDIOS - OCUPA | NTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO |
|------------------------------|--|
| | REMUNERAÇÃO |
| SÍMBOLO | SUBSÍDIO/REMUNERAÇÃO/ MENSAL |
| CC-4 | VALOR FIXADO EM LEI MUNICIPAL PARA |
| | OCUPANTE DO CARGO DE SIMBOLOGIA CC-4 |

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUIXABA-PB, ESTADO DA PARAÍBA 03 DE NOVEMBRO DE 2025.



Jornal Oficial do Município Duixaba-F

Criado pela Lei n.º 044/97 -

De 21 de março de 1997

órgão oficial de imprensa do governo municipal

Quixaba-PB, segunda-feira, 03 de novembro de 2025

Atos do Poder Executivo

Leis Ordinárias

ESTADO DA PARAIBA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA

LEI MUNICIPAL DE Nº 587.2025 QUIXABA (PB), 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANAE DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ALLAN D'LLON CANDEIA DE MACEDO, Prefeito Constitucional do Município de Quixaba, Estado da Paraíba, usando das atribuições legais que são conferidas por Lei.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. No âmbito do Poder Executivo do Município de Quixaba – PB, fica criada a Secretaria de Políticas Públicas para Mulher e da Diversidade Humana, que tem como principal objetivo, promover a igualdade entre as pessoas e combater todas as formas de preconceito, competindo-

fixar diretrizes, coordenar, executar e fazer cumprir as políticas públicas direcionadas as mulheres no âmbito do Município:

III - assessorar, direta e imediatamente, o Chefe do Executivo Municipal na formulação, coordenação e articulação de políticas públicas para mulheres:

III - planejar e efetivar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter municipal;

IV - elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo municipal e das demais esferas de governo:

V - promover a igualdade de gênero;

VI - articular, promover e executar programas de cooperação com organismos estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados a implementação de políticas para as mulheres;
 VII - promover, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulheres, as Conferências

Municipais de Políticas para Mulheres; VIII - elaborar e implementar o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres em consonância com as deliberações e recomendações das Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres; IX - administrar, gerir e estruturar os serviços de atenção e atendimento as mulheres que compõem

sua estrutura organizacional; X - fixar diretrizes, coordenar, executar e fazer cumprir as políticas públicas direcionadas a

N. - Inxar utretrizes, coordenar, executar e tazer cumprir as políticas publicas direcionadas a comunidade LGBTQIA+ no âmbito do Município; XI - assessorar, direta e imediatamente, o Chefe do Executivo Municípial na formulação, coordenação e articulação de políticas públicas LGBTQIA+; XII - planejar e efetivar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter municípal; XIII - elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo municípal e das demais esferas de governo:

demais esteras de governo;
XIV - promover a igualdade de gênero;
XIV - articular, promover e executar programas de cooperação com Organismos estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados a implementação de políticas para a comunidade LGBTQIA+;

XVI - executar outras atividades correlatas as suas competências ou atribuições específicas criadas por lei.

CAPÍTULO II DA SECRETARIA MUNICIPAL

Art. 2º. No âmbito do Poder Executivo de Quixaba – PB, fica instituída a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana (SEPMDH), órgão da administração direta, com a finalidade de planejar, coordenar e executar as políticas públicas previstas nesta Lei.

Art. 3º. A Secretaria criada por esta Lei, terá a seguinte estrutura organizacional, cujos cargos ficam, doravante, criados e estruturados

ficam, doravante, criados e estruturados:

I — Gabinete da Secretaria, representado pelo Secretário (a) Municipal da pasta, que será o titular da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana, nomeado e exonerado ad nutum, com a simbologia SM-1, correspondente à criação de apenas um cargo com subsídio/ remuneração igual aos valores desembolsados, em favor dos demais Secretários Municipais ad nutum, com a simbologia SNI-1, correspondente a Criado de apetas un cargo com substituto para mensaga igual aos valores desembolsados, em favor dos demais Secretarios Municipais com simbologia SNI-1, conforme constante na Legislação Municipal, valores que serão pagos mensalmente;

II – Coordenação de Políticas para as Mulheres representado pelo Coordenador (a) de Políticas para as Mulheres, que serão o titular da Coordenação de Políticas para as Mulheres, integrante da

No Coordenação de Políticas para as Mulheres representado pelo Coordenador (a) de Políticas para as Mulheres, que será o titular da Coordenação de Políticas para as Mulheres, integrante da Secretaria Municipal de Política para Mulheres e Diversidade Humana, nomeado e exonerado ad Mulheres, com remuneração igual aos valores desembolsados, em favor dos demais Coordenadores com simbologia CC-4, conforme legislação Municipal, valores que serão pagos mensalmente:

pagos mensaimente:

20 III — Coordenação de Políticas para as Mulheres representado pelo Coordenação (a) de

Diversidade Humana, que será o titular da Coordenação da Diversidade Humana, integrante da

Secretaria Municipal de Política para Mulheres e Diversidade Humana, nomeado e exonerado ad

nutum, com a simbologia CC-4, correspondente á criação de apenas um cargo de Coordenador de

Diversidade Humana, com remuneração igual aos valores desemboisados, em favor dos demais

Coordenadores com simbologia CC-4, conforme legislação Municipal, valores que serão pagos Coordenadores com simbologia CC-4, conforme legislação Municipal, valores que serão pagos mensalmente.

Art. 4º. Compete ao à Secretário(a) Municipal:

- planejar e coordenar as ações da Secretaria:

II – representar institucionalmente o Município em matérias correlatas;
 III – propor diretrizes, planos e programas de ação.

Art. 5°. Compete às Coordenações:

I – executar, monitorar e avaliar programas e projetos pertinentes a sua pasta;
 II – articular com demais secretarias municipais e órgãos estaduais/federais;

III - promover ações educativas e campanhas temáticas:

IV - elaborar relatórios periódicos de atividades

CAPÍTULO III DO CONSELHO MUNICIPAL

Art. 6°. Fica criado o Conselho Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana (CMPMDH), órgão colegiado, de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana

Art. 7°. O CMPMDH terá como competências:

- acompanhar e avaliar a execução da Política Municipal para Mulheres e Diversidade Humana;

 II – propor diretrizes para o planejamento e aplicação de recursos destinados às políticas do setor; III - zelar pela efetivação dos direitos das mulheres e dos grupos da diversidade humana;

IV – estimular a participação social nas políticas públicas municipais;

V - elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 8º. O CMPMDH será composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, sendo esta composição paritária entre governo e sociedade civil da seguinte forma:

50% (cinquenta por cento) de representantes do Poder Público Municipal, indicados pelos

respectivos orgãos, regulado por Decreto; II - 50% (cinquenta por cento) de representantes da sociedade civil, eleitos em fórum próprio. garantindo a participação de organizações e movimentos de mulheres, entidades de defesa dos direitos lumanos, coletivos de diversidade sexual, racial, cultural e demais segmentos representativos, regulado por Decreto.

Art. 9º. O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida a recondução uma única vez, mediante novo processo de escolha.

Art. 10. O exercício da função de conselheiro(a) é considerado serviço público relevante e não

CAPÍTULO IV DO FUNDO MUNICIPAL

Art. 11. Fica criado o Fundo Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana (FMPMDH), de natureza contábil e financeira, vinculado à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana.

Art. 12. O FMPMDH tem por finalidade, dar suporte financeiro à execução da Política Municipal para Mulheres e Diversidade Humana.

Art. 13. Constituem receitas do FMPMDH:

I – dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual;

créditos adicionais;

III – transferências do Estado e da União;

 IV – doações, legados, contribuições e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

V – rendimentos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis.

Art. 14. A gestão financeira do FMPMDH caberá à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana.

Art. 15. A aplicação dos recursos do FMPMDH observará o Plano de Ação aprovado anualmente pelo Conselho Municipal de Políticas para Mulheres e Diversidade Humana.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial por anulação de dotação ao orçamento vigente para a execução das despesas desta lei conforme rubrica a ser especificada em Decreto.

Parágrafo Único - Ficam autorizadas também as devidas alterações a LDO e PPA.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUIXABA-PB, ESTADO DA PARAÍBA 03 DE NOVEMBRO DE 2025

ESTADO DA PARAIBA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA

ANEXO

CARGOS COMISSIONADOS BASEADOS NESTA LEI

IABELA DE CARGOS COMISSIONADOS COM AS SIMBOLOGIAS E QUANTIDADES DE CARGOS

| ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES E DIVERSIDADE HUMANA - SEPMDH | | |
|---|---------|------------|
| DENOMINAÇÃO | SÍMBOLO | QUANTIDADE |
| SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES E DIVERSIDADE HUMANA | SM-1 | 01 |
| COORDENADOR (A) MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARAMULHERES | CC-4 | 01 |
| COORDENADOR (A) MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA DIVERSIDADE HUMANA | CC-4 | 01 |

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUINABA-PB, ESTADO DA PARAÍBA 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

> ALLAN DILION CANDEIA DE MACEDO PREFEITO CONSTITUCIONAL DE QUIXABA

ESTADO DA PARAIBA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA

ANEXO II

| | UPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM SECRETÁRIOS MUNICIPAIS | |
|-------------|--|--|
| REMUNERAÇÃO | | |
| SÍMBOLO | SUBSÍDIO/REMUNERAÇÃO/ MENSAL | |
| SM-I | VALOR FIXADO EM LEI MUNICIPAL PARA SECRETÁRIO (A) | |

| TABELA DOS SUBSÍDIOS - OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO REMUNERAÇÃO | | |
|---|---|--|
| | | |
| CC-4 | VALOR FIXADO EM LEI MUNICIPAL PARA OCUPANTE DO CARGO DE SIMBOLOGIA CC-4 | |

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUIXABA-PB. ESTADO DA PARAÍBA 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

> ALLAN DILION CANDEIA DE MACÈDO PREFEITO CONSTITUCIONAL DE QUEXABA

Prefeitura Municipal de Quixaba-PB

Rua Francisco de Assis, 295 - Centro - CEP: 58.733-000 Quixaba - Paraíba - CNPJ: 08.881.567/0001-26 Site: quixaba.pb.gov.br - E-mail: comunicacao@quixaba.pb.gov.br